

PRESENCIAL E AO VIVO

Imersão:

JUDICIALIZAÇÃO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E ASSÉDIO À COPARENTALIDADE

Formadora:



Bruna Barbieri Almeida Waquim

Currículo:

Doutora em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Mestre em Direito e Instituições do Sistema da Justiça pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Assessora Jurídica no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA). Professora Universitária em cursos de graduação e pós-graduação, atualmente atuando como professora substituta na UFMA. Formadora credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM (níveis 1 e 2 do FOFO). Palestrante em congressos e eventos nacionais e internacionais. Autora de artigos, capítulos de livros e livros jurídicos, dentre eles: Relações Simultâneas Conjugais: o lugar da Outra no Direito de Família; Alienação Familiar Induzida: aprofundando o estudo da Alienação Parental e da Coleção “Alienação Parental na perspectiva dos direitos da criança e do adolescente: impactos no Judiciário e nas Políticas Públicas”. Vice-Presidente do IBDFAM/MA. Presidente da Comissão Nacional de Alienação Parental do IBDFAM.

Justificativa Acadêmica:

A crescente judicialização das relações familiares tem revelado um paradoxo inquietante: processos criados para proteger vínculos podem, na prática, intensificar conflitos, adoecer relações parentais e produzir novos danos às crianças.

Esta imersão propõe uma análise profunda, crítica e aplicada sobre os limites da atuação judicial nas disputas familiares, explorando o fenômeno do assédio à coparentalidade, o uso estratégico do processo como instrumento de perseguição e a banalização de categorias como alienação parental. Ministrado pela Professora Doutora em Direito Bruna Barbieri Waquim, a imersão convida profissionais do Direito e do Sistema de Justiça a repensar decisões automáticas, questionar intervenções excessivas ou a demora das intervenções necessárias e construir respostas mais responsáveis, éticas e eficazes para os conflitos coparentais contemporâneos, seguindo o objetivo maior da Proteção Integral.

Metodologia:

Exposição dialogada, análise de casos, provocações conceituais, construção de critérios práticos e reflexão ética.

Conteúdo Programático:

- Coparentalidade para além da guarda e do regime de convivência: reflexos da conjugalidade encerrada e da parentalidade permanente;
- A criança como sujeito de direitos, não como objeto do conflito;
- As polêmicas em torno do fenômeno da Alienação Parental;
- Assédio à coparentalidade e a Lei nº 12.318/2010: o Judiciário está protegendo vínculos ou administrando ressentimentos?

Objetivo geral:

Capacitar profissionais jurídicos e de áreas afins para identificar, compreender e intervir criticamente nos fenômenos de judicialização excessiva da convivência familiar e de assédio à coparentalidade, prevenindo danos às crianças, aos vínculos parentais e ao próprio sistema de justiça.